

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens a seguir, com base na Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/1976) e nas alterações promovidas em seu texto pela Lei n.º 11.638/2007.

- 51 As demonstrações financeiras das companhias abertas e das companhias fechadas deverão observar obrigatoriamente as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- 52 No balanço patrimonial, o patrimônio líquido será dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e dividendos acumulados.
- 53 Na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, são considerados ajustes de exercícios anteriores apenas aqueles que decorram da retificação de erro imputável a exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fato subsequente.

Julgue os próximos itens, de acordo com os princípios de contabilidade, disciplinados na Resolução CFC n.º 1.282/2010, e com os pronunciamentos do CPC.

- 54 Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações, segundo o princípio do registro do valor original.
- 55 Valor justo corresponde ao preço recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo; a mensuração do valor presume que haja uma troca não forçada entre os participantes do mercado.
- 56 Pressupondo-se que a entidade continuará em operação no futuro, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio devem refletir o valor histórico, em consonância com o princípio da oportunidade.
- 57 Os fluxos de caixa excluem os movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes, pois esses componentes não são parte das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da entidade.

De acordo com a Resolução n.º 396/2005 da ANATEL, que dispõe sobre o Regulamento de Separação e Alocação de Contas, julgue os itens subsequentes.

- 58 O DSAC, quando for obrigatório, deve ser enviado anualmente à ANATEL e, em regra, deve contemplar informações relativas aos dois últimos exercícios sociais das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.
- 59 O DSAC é público, salvo se existirem informações confidenciais, hipótese em que, após apresentação de prévio requerimento à ANATEL, será decretado o sigilo do documento em sua integralidade.
- 60 As empresas que prestam serviços de telecomunicação e estão sujeitas ao envio do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC) são obrigadas a informar à ANATEL, por meio de relatório contábil, a modalidade do serviço oferecido, sem a necessidade de discriminar os valores cobrados dos usuários.

Em relação à análise das demonstrações financeiras e à consolidação, à correção integral e à mensuração ao valor justo, julgue os itens a seguir.

- 61 Valor justo é o preço de venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de uma obrigação entre participantes do mercado, devendo as partes compradora e vendedora estar satisfeitas com a transação espontânea.
- 62 Em companhias cujo ciclo operacional tenha duração maior que o exercício social, a classificação de um ativo no circulante poderá ter como base um prazo superior a 2 anos.
- 63 A mensuração do valor justo depende não apenas do mercado, mas também das premissas e *inputs* específicos da entidade, assim como da intenção da entidade em relação ao objeto da mensuração dos itens patrimoniais sob avaliação.
- 64 A avaliação do controle de uma companhia investidora sobre a investida depende do binômio poder e conexão com a investida, entendido como a exposição ou direitos a retornos variáveis em razão do envolvimento da investidora com a investida, o qual, por sua vez, depende da capacidade da investida de influenciar nos retornos da investidora.
- 65 Um aspecto relevante da técnica da correção integral das demonstrações financeiras é a definição de itens monetários, que representam direitos e obrigações em número fixo ou determinável de unidades de moeda.

Com pertinência à mensuração do valor justo, modelo CAPM (*capital asset pricing model*) e fluxos de caixa descontados, julgue os seguintes itens.

- 66 O cálculo do modelo CAPM inclui um prêmio de risco de mercado, que representa o retorno adicional esperado pelos investidores por assumirem o risco sistemático de investir no mercado de capitais em vez de optarem por investir em ativos com riscos próximos de zero, como títulos do governo.
- 67 A metodologia do fluxo de caixa descontado é priorizada no cálculo do valor justo de ativos, cujas premissas devem ser divulgadas em notas explicativas.
- 68 Para a mensuração do valor justo de ativos financeiros e não financeiros, leva-se em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos, por isso o seu valor é definido na melhor base possível do valor de mercado, independentemente do uso ou destinação que seja dado aos referidos ativos.
- 69 Quando um preço cotado para a transferência de um instrumento patrimonial próprio da entidade, idêntico ou similar, não está disponível, e o item idêntico não é mantido por outra parte como um ativo, a entidade deve mensurar o seu valor justo por meio de uma técnica de avaliação de outros ativos semelhantes, o que exclui o ponto de vista de passivos ou dívidas de outro participante do mercado.

Julgue os itens que se seguem, relativos a testes de *impairment*, critérios de avaliação e mensuração do imobilizado e demonstração dos fluxos de caixa.

- 70** Os juros pagos e recebidos, assim como os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos, são comumente classificados, nas instituições financeiras, como fluxos de caixa operacionais, podendo, nas outras entidades, ser classificados como fluxos de caixa de financiamento ou fluxos de caixa de investimento.
- 71** A perda decorrente de desvalorização de um ativo por *impairment* ocorre quando o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda desse ativo e o seu valor em uso, se for maior que este, apresentar-se inferior ao seu valor contábil.
- 72** De acordo com o disposto na Lei n.º 6.404/1976, a entidade pode optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação para a mensuração de bens tangíveis após o seu reconhecimento inicial.
- 73** Ativos mensurados a valor justo estão sujeitos a ajustes decorrentes do teste de *impairment*.
- 74** Quando intangíveis estiverem incorporados a itens do imobilizado, a entidade deve avaliar o item patrimonial mais significativo para estabelecer o tratamento contábil adequado, seja como imobilizado ou como intangível.

No que diz respeito ao *goodwill* na contabilização de investimentos em controladas e coligadas, julgue os itens a seguir.

- 75** Considere que uma empresa faça, pelo valor de R\$ 400.000, a aquisição de 40% da participação societária de uma empresa X, que possui patrimônio líquido contábil de R\$ 600.000 e ativo subavaliado no montante de R\$ 200.000. Nesse caso, é correto concluir que o *goodwill* é de R\$ 80.000.
- 76** O *goodwill* pode ser definido como o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, representado pela diferença entre o montante líquido proporcional adquirido do valor justo e o valor contábil dos ativos e passivos da entidade adquirida, quando tal diferença for positiva.

Em relação ao *impairment test*, julgue os próximos itens.

- 77** Considere que uma empresa possua um ativo intangível de R\$ 90.000, o qual pode gerar um valor em caixa estimado em R\$ 72.500. Nessa situação, se a empresa apurar que o valor líquido de venda desse ativo é de R\$ 80.000, ela deverá constituir uma provisão para perda por desvalorização no valor de R\$ 10.000.
- 78** O *impairment test* é potencialmente aplicável a todos os itens do imobilizado e do intangível.
- 79** No caso de ativos intangíveis com vida útil predeterminada, a entidade deve realizar o *impairment test* quando houver algum indício de perda nesses ativos ou, se isso não ocorrer, a cada dois exercícios financeiros.
- 80** O *impairment test* é facultativo no caso de ativo intangível cuja vida útil não possa ser estabelecida de forma objetiva.

A empresa Alfa adquiriu a outorga de concessão para operar telefonia móvel na região Beta por 20 anos. O valor desembolsado para obtenção da concessão foi de R\$ 3.000.000.000.

A partir da situação hipotética precedente, julgue os itens seguintes, relativos a reconhecimento e mensuração de concessões.

- 81** Ao final de cinco anos da concessão, o ativo relativo à concessão de telefonia móvel deverá ser apresentado no balanço da seguinte forma.
- Concessão de telefonia móvel – região Beta
R\$ 3.000.000.000
(-) Amortização acumulada (R\$ 750.000.000)
- 82** Ao final de cada ano transcorrido da concessão, deverá ocorrer o lançamento contábil exibido a seguir.
- Despesas de amortização R\$ 150.000.000
a Amortização acumulada R\$ 150.000.000
- 83** Caso a empresa Alfa realize o pagamento à vista da outorga da concessão, o lançamento contábil da obtenção da licença será o apresentado a seguir.
- Disponibilidades R\$ 3.000.000.000
a Concessão de telefonia móvel – região Beta (Imobilizado)
R\$ 3.000.000.000

No que se refere à combinação de negócios, à fusão, à incorporação e à cisão, julgue os itens que se seguem.

- 84** O adquirente deve mensurar o valor de direito readquirido, reconhecido como ativo intangível, com base no prazo contratual remanescente do contrato que lhe deu origem, independentemente de os participantes do mercado considerarem a potencial renovação do contrato na mensuração do valor justo desse ativo intangível.
- 85** A entidade deve contabilizar cada combinação de negócios pela aplicação do método de aquisição, que requer somente a identificação do adquirente; o reconhecimento e a mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos; e o reconhecimento e a mensuração do *goodwill* ou do ganho proveniente de compra vantajosa.
- 86** O adquirente deve mensurar os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos da data da aquisição.
- 87** A data da aquisição é a data em que o adquirente transfere a contraprestação, adquire os ativos e assume os passivos, independentemente da obtenção do controle da adquirida.

A respeito da contabilidade de custos, julgue os itens subsequentes.

- 88** O método do custo-padrão é utilizado em substituição ao método do custeio por absorção ou ao do custeio variável.
- 89** O uso do custo-padrão corrente, embora seja útil para apontar ineficiências e defeitos na linha de produção, possui menor eficiência para essa finalidade do que o uso do custo estimado.
- 90** No custeio baseado em atividades, a atribuição dos custos deve ser feita pelo critério do rastreamento, prioritariamente ao da alocação direta.
- 91** No custeio por absorção, todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos.
- 92** O custeio baseado em atividade se vale dos direcionadores de custos, que são os fatores que determinam ou influenciam a maneira como os produtos utilizam as atividades.

Julgue os itens que se seguem, referentes aos métodos de escolha de projetos de investimento.

- 93** A principal diferença entre o método do *payback* simples e o método do *payback* descontado é a consideração do custo do dinheiro no tempo.
- 94** Considere que um investidor receba uma oferta de investimento que exigirá um aporte de recursos imediato de R\$ 12 milhões, gerando retornos de R\$ 7 milhões em cada um dos próximos dois anos, sendo de 13% ao ano o custo de capital do investidor. Nessas condições, o valor presente líquido do investimento é positivo e justifica o investimento.
- 95** Suponha que duas propostas de investimento com prazo de duração idêntico estejam sendo analisadas por um investidor: a taxa interna de retorno da primeira proposta é expressivamente superior à da segunda, o valor presente líquido (VPL) da primeira proposta é negativo e o VPL da segunda, positivo. Nessas condições, é mais vantajoso para o investidor escolher o projeto com maior VPL.
- 96** Considere que um empresário esteja analisando uma melhoria no processo produtivo de seu negócio, a qual reduzirá em 5% o custo de fabricação de determinado produto, que é, atualmente, de R\$ 100 por unidade, mantendo a produção atual de 5 mil unidades desse produto a cada mês. Considere, ainda, que, para a redução de custos pretendida, seja necessário um investimento de R\$ 400 mil no processo de produção e que a empresa trabalhe com um tempo máximo de recuperação de investimentos avaliado pelo método do *payback* simples, de 24 meses. Na situação apresentada, a melhoria pretendida se mostra inviável.
- 97** Caso um projeto de investimento tenha fluxo de caixa não convencional, exigindo várias saídas de caixa ao longo de sua vigência, conclui-se que múltiplas taxas internas de retorno podem ser obtidas para esse mesmo projeto, o que pode dificultar ou mesmo inviabilizar a utilização desse método de avaliação para a tomada de decisão.

Uma indústria recém-instalada produz um único produto. Seu desempenho, para fins gerenciais, é realizado pelo método do custeio variável. A margem de contribuição unitária do produto é de R\$ 35, representando 20% do preço de venda, e seus custos e despesas fixas somam R\$ 3.325 milhões. Atualmente a empresa opera com prejuízo, e os sócios esperam atingir, até o final do primeiro ano de atividade, um lucro de 15% do total de vendas, patamar considerado desejável.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 98** Uma redução de 5% nos custos variáveis, sem modificação das demais condições, reduzirá o ponto de equilíbrio contábil em 20% em relação à situação atual vivenciada pela referida indústria.
- 99** O lucro desejado exigirá que se duplique o montante de vendas em relação às vendas no ponto de equilíbrio contábil.
- 100** A referida indústria atingirá seu ponto de equilíbrio contábil ao vender R\$ 16.625 milhões do produto.

preço de venda unitário	R\$ 100,00
custos variáveis unitários	R\$ 60,00
custos fixos totais	R\$ 2,50 milhões
despesas variáveis unitárias	R\$ 5,00
despesas fixas	R\$ 0,50 milhão

Considerando que os números apresentados na tabela precedente tenham sido apurados em estudo da relação entre custo, volume e lucro em certa entidade, julgue os itens subsequentes.

- 101** O lucro da entidade será igual aos seus custos e despesas fixas quando a entidade atingir 200 mil unidades vendidas.
- 102** No momento em que a entidade atingir um volume de 100 mil unidades vendidas, um aumento de 1% no volume de vendas implicará um aumento de 8% no seu lucro.
- 103** O índice da margem de contribuição é de 30%.

Uma empresa opera com uma linha composta por três produtos — A, B e C. Os produtos A e C representam, cada um deles, 25% das vendas, sendo a margem de contribuição de cada um deles de 10%. O produto B representa 50% das vendas e sua margem de contribuição é de 30%. Os custos e despesas fixas totais somam R\$ 2,4 milhões.

Com base na situação hipotética precedente, julgue o próximo item.

- 104** Para que a referida empresa atinja seu ponto de equilíbrio contábil, é necessário um faturamento de R\$ 9 milhões, caso seja mantida a distribuição de vendas apresentada.

As informações econômico-financeiras presentes na tabela a seguir, relativas ao ano mais recente 20X3 e ao ano imediatamente anterior, foram levantadas para a mensuração e a avaliação do desempenho de determinada empresa.

valores em milhões de reais		
ativo / passivo	ano 20X2	ano 20X3
ativo circulante cíclico	154,0	138,2
ativo circulante financeiro	161,4	146,0
ativo não circulante	209,0	188,8
passivo circulante cíclico	64,2	49,0
passivo circulante financeiro	130,6	123,1
passivo não circulante	329,3	300,0

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 105** Ocorre significativa deterioração do saldo em tesouraria ao longo do biênio.
- 106** Enquanto, na empresa, a necessidade de capital de giro cresce expressivamente no biênio, sua disponibilidade de capital de giro é decrescente.

Julgue os itens que se seguem, em relação à contribuição para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), instituída pela Lei n.º 9.998/2000.

- 107** No cálculo do valor da contribuição para o FUST, aplica-se à base de cálculo uma alíquota que pode variar de 0,5% a 1,0%, a depender da natureza do serviço prestado.
- 108** O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) devem ser excluídos para fins de cálculo do valor da contribuição para o FUST.
- 109** O fato gerador da contribuição para o FUST é a obtenção de receita operacional pela prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.
- 110** A prestadora de serviços de telecomunicações que executar, com recursos próprios, projeto aprovado pelo Conselho Gestor do FUST na modalidade de apoio não reembolsável terá direito à redução do valor da contribuição em montante equivalente ao que foi aprovado, respeitados os limites estabelecidos em lei.

Julgue os próximos itens, relativos à Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) e à Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), instituídas pela Lei n.º 5.070/1966.

- 111** O sujeito passivo que, após a notificação da ANATEL, não realizar o pagamento da TFF dentro do prazo legal submeter-se-á à caducidade da sua concessão, permissão ou autorização, sem direito a indenização.
- 112** Os valores da TFI correspondem a um percentual dos custos incorridos pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência para a instalação das estações necessárias à prestação dos serviços tributados.
- 113** O fato gerador da TFI ocorre no momento em que se dá a emissão do certificado de licença para o funcionamento das estações destinadas à prestação de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência.
- 114** Os valores da TFF não guardam relação percentual com os valores fixados para a TFI.

Em relação à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), instituída pela Lei n.º 11.652/2008, julgue os itens a seguir.

- 115** O sujeito passivo da CFRP deve efetuar anualmente o pagamento da referida contribuição.
- 116** A prestação de uma nova modalidade de serviço de telecomunicações só estará sujeita à incidência da CFRP quando a lei fixar o valor da contribuição especificamente relacionada àquela modalidade de serviço.
- 117** A maior parcela dos recursos arrecadados com a CFRP deve ser repassada à Empresa Brasil de Comunicação, cabendo à ANATEL receber um percentual do montante arrecadado como forma de retribuição pelo desempenho das atividades que lhe foram legalmente atribuídas em relação à referida contribuição.

Acerca da Contribuição para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), instituída pela Lei n.º 10.052/2000, julgue os itens seguintes.

- 118** A base de cálculo da contribuição para o FUNTTEL incidente sobre os serviços de telecomunicações é determinada pelo valor do lucro bruto da empresa, excluídos os descontos concedidos e as vendas canceladas.
- 119** A obtenção de receita de prestação de serviços de telecomunicações, quando decorrente de regime público, não constitui fato gerador da contribuição destinada ao FUNTTEL.
- 120** A arrecadação bruta oriunda de eventos participativos realizados através de ligações telefônicas por instituições autorizadas na forma da lei está sujeita à incidência da contribuição para o FUNTTEL.

Espaço livre